Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Fras-le S.A. ("Companhia"), constituída como uma "sociedade anônima" domiciliada no Brasil com suas ações negociadas na BM&F Bovespa ("FRAS3"), tem por objeto principal a fabricação, comercialização e importação de componentes para freios, acoplamentos, transmissões, materiais de fricção, produtos à base de resina, autopeças, artefatos de plásticos e seus derivados, bem como a prestação de assistência técnica, podendo participar no capital de outras sociedades. A Companhia, com sede na Rodovia RS 122, Km 66,1, nº10.945 – Caxias do Sul – RS, possui também operações através de empresas controladas sediadas nos seguintes países: Brasil, Argentina, Estados Unidos, Chile, México, China, Alemanha e África do Sul.

Combinação de negócios

Aquisição da Freios Controil Ltda

A Companhia adquiriu, em 1º de janeiro de 2012, 99,99% das quotas representativas do capital social da Ltda. ("Controil"), empresa que atua na fabricação de autopeças, com foco principal em componentes para freios. A aquisição tem com objetivo principal ampliar e diversificar o portfolio de seus produtos junto aos seus clientes domésticos.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Controil na data de aquisição, avaliado por empresa independente, é apresentado a seguir:

	Valor Justo na Aquisição
Caixa e equivalente de caixa	845
Contas a receber	14.885
Estoques	15.606
Impostos a recuperar	1.059
Ativo imobilizado	53.386
Intangível	1.405
Outros ativos	5.692
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre valor justo	(6.650)
Fornecedores	(5.052)
Instituições financeiras	(51.729)
Provisão para litígios	(4.100)
Outros passivos	(8.233)
Total de ativos identificáveis líquido	17.114
Valor da contraprestação	(10.000)
Deságio (compra vantajosa)	7.114

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Combinação de negócios -- Continuação

Aquisição da Freios Controil Ltda.--Continuação

Na data da aquisição, foi identificado e registrado um passivo contingente adicional no valor de R\$1.968, resultante de riscos trabalhistas não provisionados anteriormente. Na data do balanço, o passivo contingente foi reacessado e determinou-se o montante de R\$1.968, o qual é baseado no resultado provável esperado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 aControil contribuiu para a Companhia com receitas de R\$100.354, e prejuízos de R\$5.839 desde a data da aquisição.

O deságio (compra vantajosa) apurado representa substancialmente o ganho apurado sobre a mais valia dos ativos tangíveis em relação ao valor da contraprestação paga.

2. Sumário das políticas contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

Certos valores dos saldos patrimoniais de 2012, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados, para adequá-los às respectivas transações no exercício de 2013.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram autorizadas em reunião de diretoria realizada em 24 de fevereiro de 2014.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras -- Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversos critérios de avaliação utilizados nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, julgadas pela administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso dos terrenos, máquinas e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.2 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Fras-le S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, apresentadas abaixo:

	Objeto Social	País Sede	2013	2012
			%	%
Fras-le Argentina S.A. (a)	Representação e comércio de autopeças.	Argentina	94,00	94,00
Fras-le North America, Inc. (a)	Fabricação e comércio de autopeças.	Estados Unidos da América	100,00	100,00
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda. (a)	Representação e comércio de autopeças.	Chile	99,00	99,00
Fras-le México S de RL de CV (a)	Representação e comércio de autopeças.	México	99,66	99,66
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltd (a)	Fabricação e comércio de autopeças.	China	100.00	100,00
Fras-le Europe (a)	Representação e comércio de autopeças.	Alemanha	100,00	100,00
Fras-le Africa Automotive (Pty) Limited (a)	Representação e comércio de autopeças.	Africa do Sul	100,00	•
(),	' '	Emirados Árabes Unidos	100,00	100,00
Fras-Le Middle East (a)	Representação e comércio de autopeças.		100,00	100,00
Freios Controil Ltda (b)	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores.	Brasil	99,99	99,99

⁽a) Empresas controladas no exterior.

⁽b) Empresa controlada no país, adquirida em 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.2 Base de consolidação--Continuação

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos entre as empresas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do exercício e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.3 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.3 Combinação de negócios--Continuação

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Prestação de serviços

A receita de prestação de serviço é reconhecida com base no serviço prestado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.4 Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros previstos de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.5 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do fechamento.

i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

ii. Empresas Controladas

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais do exercício. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.6 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "Empréstimos e recebíveis". A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 5.

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. As contas a receber de clientes de mercado externo estão atualizadas conforme divulgado na Nota 2.5i.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

<u>Produtos acabados e em elaboração</u> - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, excluindo os custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos as estimativas de custos de conclusão e os necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.9 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (R2), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.10 Imobilizado

Registrados ao custo de aquisição ou formação, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo.

	Controladora		Consolida	do
	Vida útil média	% ano	Vida útil média	% ano
Edificações	56 anos	1,79	36 anos	2,78
Máquinas e equipamentos	14 anos	7,14	12 anos	8,33
Moldes	13 anos	7,69	9 anos	11,11
Veículos	9 anos	11,11	6 anos	16,67
Móveis e utensílios	12 anos	8,33	8 anos	12,50
Equipamentos de informática	4 anos	25,00	5 anos	20,00

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.10 Imobilizado--Continuação

Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

2.11 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os principais ativos intangíveis referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada em 8 anos. A Companhia não possui ativos intangíveis gerados internamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação. Para as transações a prazo a Companhia e suas controladas utilizam a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo. O ajuste a valor presente das contas a receber se dá em contra partida da receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerado como receita financeira e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e custos, e sua realização tem como contra partida a conta de despesa financeira, pela fruição do prazo de seus fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2013, não foram identificadas outras transações que fossem consideradas relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2.14 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.14 Provisões--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.15 Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.15 Tributação--Continuação

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0% a 17%
IPI – Imposto sobre Produtos Índustrializados	0 % a 15%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	0% a 10,8%
PIS – Programa de Integração Social	0% a 2,3%
ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	2% a 5%
IVA – Imposto sobre Valor Adicionado	3,5 a 32,46%

Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são contabilizados reduzindo o custo dos produtos vendidos.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.15 Tributação--Continuação

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.15 Tributação--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.16 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida com benefício mínimo garantido, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos. O plano de benefício é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, no grupo de resultados abrangentes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) — Benefício a Empregados.

Os custos de patrocínio de plano de pensão da Companhia são reconhecidos como despesas no momento em que são realizadas as contribuições.

2.17 Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada — contribuição definida, (Nota 23). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.18 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (R1) (IAS 33).

2.19 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.20 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

2.21 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 641, de 05 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

2.22 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.22 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, empréstimos e financiamentos e ativos financeiros disponíveis para venda.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.22 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Mensuração subsequente -- Continuação

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

Após a mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.22 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado quando: (i) os direitos de receber fluxo de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia e suas controladas transferirem os seus direitos de receber fluxo de caixa do ativo ou assumirem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia e suas controladas transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas não transferirem nem retiverem substancialmente todos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferirem o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.23 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedge*s de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

A Companhia registra instrumentos financeiros como *hedge accounting*, classificados na modalidade de *hedge* de fluxo de caixa, com o objetivo de proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.23 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*-Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Quanto a *hedge* de fluxos de caixa a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista no objeto de *hedge*, assim como os períodos previstos de transferências dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de *hedge* do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação *hedge*. Espera-se que esses *hedge*s sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente altamente eficazes ao longo de todos os exercícios-base para os quais foram destinados.

Hedges de fluxo de caixa que satisfazem os critérios para sua contabilização são registrados da seguinte forma:

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida imediatamente no resultado financeiro.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para uma relação de *hedge* em particular excluir da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido imediatamente no resultado financeiro.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.23 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*-Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido na reserva de outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

Classificação entre curto e longo prazo

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de *hedge* eficaz são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

Quando a Companhia mantiver um derivativo como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como de longo prazo (ou separado em parcela de curto e longo prazo), consistentemente com a classificação do item correspondente.

Os derivativos embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal são classificados de forma consistente com os fluxos de caixa do contrato principal.

Os instrumentos derivativos designados como tal e que são efetivamente instrumentos de *hedge* eficazes são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item de *hedge*.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.24 Informação por segmento

As informações por segmento operacional são apresentadas de forma consistente com os relatórios internos fornecidos aos principais tomadores de decisões operacionais, sendo estes a diretoria executiva, que também são responsáveis pela tomada de decisões estratégicas da Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal. Para maiores detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 20.

Benefícios de Aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 11.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Novos pronunciamentos do IFRS e/ou revisões efetuadas

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A administração pretende adotar tais medidas quando as mesmas se tornarem aplicáveis a Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Novos pronunciamentos do IFRS e/ou revisões efetuadas--Continuação

- <u>IAS 32 Compensação entre Ativos e Passivos Financeiros:</u> Essas revisões clarificam o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que estas alterações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros: A IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB sobre a substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, conforme definido na IAS 39. A norma inicialmente se aplicava a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, contudo as Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures (Alterações da IFRS 9 Data de Vigor Obrigatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição), emitidas em dezembro de 2011, alteraram a data de aplicação para 1º de janeiro de 2015. Em fases subsequentes, o IASB abordará contabilidade de hedge e perda de valor recuperável de ativos financeiros. A Companhia não espera que estas alterações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.
- IFRIC 21 Tributos: Clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 seja relevante em suas demonstrações financeiras.
- IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge:
 Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não renovou seus derivativos durante o exercício corrente. Contudo, essa revisão será aplicada nas futuras renovações de derivativos.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Contro	ladora	Consoli	idado
	BRG	BRGAAP		S
	2013	2012	2013	2012
Caixa e bancos	387	576	15.982	9.344
Numerários em trânsito	22.833	14.319	24.104	14.369
Aplicações financeiras	124.817	55.595	125.953	55.595
	148.037	70.490	166.039	79.308

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 70% e 106% (80% a 106% em 31 de dezembro de 2012) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI e aplicações financeiras em dólares americanos remuneradas a 1% a.a., ambos com liquidez diária ou perda insignificante de valor no resgate antecipado.

6. Aplicações financeiras de liquidez não imediata

Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e em moeda estrangeira (USD) mantidas em bancos de primeira linha, conforme demonstrado abaixo:

	Contro	ladora	Consc	lidado
_	BRGAAP		IF	RS
Remuneração	2013	2012	2013	2012
100% a 105% do				
CDI	28.570	146.145	28.570	146.145
Até 100% do CDI	405	495	405	495
TJLP + 2,5% +				
Spread	41.323	-	41.323	-
•	70,298	146.640	70,298	146.640
	100% a 105% do CDI Até 100% do CDI TJLP + 2,5% +	BRG/ Remuneração 2013	Remuneração 2013 2012 100% a 105% do CDI 28.570 146.145 Até 100% do CDI 405 495 TJLP + 2,5% + Spread 41.323 -	BRGAAP IF Remuneração 2013 2012 2013 100% a 105% do CDI 28.570 146.145 28.570 Até 100% do CDI 405 495 405 TJLP + 2,5% + Spread 41.323 - 41.323

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Clientes

	Control	adora	Consol	idado
	BRGA	AP	IFRS	
	2013	2012	2013	2012
Circulante:				
No País	34.415	44.021	43.592	44.021
de terceiros	12.659	41.830	21.836	41.830
parte relacionada	632	2.191	632	2.191
Vendor	21.124	-	21.124	-
No exterior	60.890	48.325	59.028	65.376
de terceiros	31.179	32.969	59.028	65.376
parte relacionada	29.711	15.356	-	-
·	95.305	92.346	102.620	109.397
Menos:				
Ajuste a valor presente	(482)	(319)	(521)	(319)
Provisão para devedores duvidosos	(3.788)	(5.155)	(3.805)	(5.163)
·	91.035	86.872	98.294	103.915

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os prazos médios de recebimento para o mercado interno são de 24 e 35 dias, respectivamente, e para o mercado externo 106 e 116 dias, respectivamente.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos, está demonstrada a seguir:

	Contro	ladora	Consoli	dado
	BRG	GAP	IFR	3
	2013	2012	2013	2012
Saldo no início do exercício	(5.155)	(1.435)	(5.163)	(1.855)
Adições	(6.386)	(4.331)	(6.406)	(4.945)
Baixas / realizações	7.753	611	7.764	1.637
Saldo no final do exercício	(3.788)	(5.155)	(3.805)	(5.163)

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a análise dos saldos de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Conso	lidado
	BRGAA	P	IFRS	
	2013	2012	2013	2012
A vencer	61.115	65.103	65.690	76.480
De 1 a 30 dias	12.634	11.847	13.273	16.244
De 31 a 60 dias	7.008	5.906	8.808	6.469
De 61 a 90 dias	2.231	2.731	2.594	2.972
De 91 a 180 dias	7.688	3.609	7.481	3.772
Acima de 181 dias	4.629	3.150	4.774	3.460
Total	95.305	92.346	102.620	109.397

A Companhia não requer garantias sobre as vendas à prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Estoques

•	Controladora		Consc	olidado
	BRG	AAP	IF	RS
	2013	2012	2013	2012
Produtos acabados	34.869	31.623	73.167	70.032
Produtos em elaboração	8.214	8.690	13.301	13.369
Matérias-primas	32.482	25.460	46.617	34.321
Materiais auxiliares e de manutenção	1.476	2.025	6.741	4.639
Adiantamentos a fornecedores	3.886	2.362	5.868	4.035
Provisão para estoques obsoletos	(3.862)	(1.952)	(4.159)	(2.539)
·	77.065	68.208	141.535	123.857

A movimentação da provisão para estoques obsoletos, está demonstrada a seguir:

	Controladora BRGGAP		Cons	olidado
			IF	RS
	2013	2012	2013	2012
Saldo no início do exercício	(1.952) (1.079)		(2.539)	(1.666)
Adições	(2.648)	(873)	(2.798)	(873)
Baixas/realizações	738	-	1.178	-
Saldo no final do exercício	(3.862)	(1.952)	(4.159)	(2.539)

9. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	BRGA	AP	IFRS	
	2013	2012	2013	2012
ICMS (a)	5.588	4.669	6.135	4.669
Imposto de renda e contribuição social (b)	4.275	2.377	4.284	2.377
COFINS (c)	3.786	4.160	3.789	4.160
PIS (c)	821	895	822	895
Imposto sobre valor adicionado - IVA (d)	-	-	12.234	6.899
Reintegra (e)	6.053	5.842	6.264	5.842
Outros	686	545	763	1.603
Total	21.209	18.488	34.291	26.445
(-)Circulante	12.974	12.020	18.922	16.746
Não circulante	8.235	6.468	15.369	9.699

a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, gerados nas unidades produtoras e comerciais da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Impostos e contribuições a recuperar—Continuação

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

c) PIS e COFINS

O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança nãocumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação.

d) Imposto sobre Valor Adicionado

O saldo é composto por créditos de imposto sobre valor adicionado a recuperar da controlada Fras-le Argentina. Os referidos créditos não prescrevem e a Companhia espera que sua recuperação ocorra dentro dos próximos 18 meses.

e) Reintegra

O saldo de Reintegra refere-se a um regime tributário no qual a Companhia toma crédito de tributos federais em casos de exportação de bens manufaturados existentes em sua cadeia de produção. A compensação de tais créditos ocorre quando do pagamento de qualquer outro tributo federal.

10. Informações sobre partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e sua controladora e suas controladas, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Informações sobre partes relacionadas--Continuação

	Ativo			Passivo			
	Contas a receber por vendas	Dividendos a receber	Mútuos a receber (CP + LP)	Contas a pagar	Comissões a pagar	Mútuos a pagar	
Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. (e)							
Saldo 2013 Saldo 2012	125	-	-	-	-	-	
Randon S.A. Implementos e Participações (b)							
Saldo 2013 Saldo 2012	409 1.798	-	-	-	-	-	
ost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (e)							
Saldo 2013 Saldo 2012	2	-	-	- -	-	-	
Master Sistemas Automotivos Ltda (e)							
Saldo 2013 Saldo 2012	131 235	-	-	378	-	-	
castertech Fundição e Tecnologia Ltda (e)							
Saldo 2013 Saldo 2012	90 33	-	-		-	-	
Freios Controil Ltda (d)							
Saldo 2013 Saldo 2012	-	-	4 1.217	-	-	-	
ras-le Argentina S.A. (c)							
Saldo 2013 Saldo 2012	8.590 9.343	1.141 1.394	-	-	-	-	
ras-le North American, Inc. (c)							
Saldo 2013 Saldo 2012	18.768 3.727	-	-	-	1.903	-	
ras-le Friction Material Pinghu co Ltd (c)							
Saldo 2013	117	-	-	-	2	-	
Saldo 2012	637	-	-	-	-	-	
ras-le Europe (c) Saldo 2013	2.236	_	-	-	67	_	
Saldo 2012	1.649	-	-	-	162	-	
ras-le Africa (c)							
Saldo 2013 Saldo 2012	-	-	-	-	23	-	
ras-le Andina Com. Y Repres. Ltda (c)							
Saldo 2013 Saldo 2012	-	-	-	-	- 18	-	
ras-le Mexico (c)							
aldo 2013 saldo 2012	-	-	-	-	38 179	-	
ras-le Middle East (c)							
Saldo 2013 Saldo 2012	-	-	-	11 -	-	-	
Outras partes Relacionadas (a)							
Saldo 2013 Saldo 2012	- -	- -	-	- -	-	957 1.039	
Total							
Saldo 2013	30.343	1.141	4	389	2.010	957	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Informações sobre partes relacionadas--Continuação

		Transações			0
	Venda de produtos e serviços	Compra de produtos e serviços	Despesa de comissão	Recebimentos	Pagamento
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (e) Saldo 2013	205	_		13	_
Saldo 2012	94	-	-	7	-
Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. (e)					
Saldo 2013 Saldo 2012	156 111	-	223	- 7	10 7
				•	·
Randon S.A. Implementos e Participações (b) Saldo 2013	11.687	5.150	_	23	24
Saldo 2012	4.653	3.545	-	7	7
Master Sistemas Automotivos Ltda (e)					
Saldo 2013	28.488	-	959	8	84
Saldo 2012	14.249	-	-	7	7
Castertech Fundição e Tecnologia Ltda (e)					
Saldo 2013	1.593	-	-	5	-
Saldo 2012	961	-	-	7	7
Fras-le Argentina S.A. (c)					
Saldo 2013 Saldo 2012	27.070 14.861	-	-	63 120	-
	14.001	•	-	120	•
Fras-le North America, Inc (c)	16.615	_	2.101		
Saldo 2013 Saldo 2012	14.665	-	4.231	320	-
5					
Fras-le Mexico S de RL de CV (c) Saldo 2013	_	_	_	_	_
Saldo 2012	-	-	452	-	-
Fras-le Friction Material Pinghu co Ltd (c)					
Saldo 2013	529	-	-	219	-
Saldo 2012	1.152	-	-	200	-
Fras-le Europe (c)					
Saldo 2013	2.576	-	163	324	-
Saldo 2012	2.298	-	529	320	-
Fras-le Africa Aut (Pty) Limited (c)					
Saldo 2013 Saldo 2012	-	-	337	-	-
Fras-le Andina (c) Saldo 2013	_	_	_	_	
Saldo 2013 Saldo 2012	-	-	194	-	-
Eras la Middla East (a)					
Fras-le Middle East (c) Saldo 2013	_	-	41	-	-
Saldo 2012	-	-	60	-	-
Saldo 2013	88.919	5.150	3.487		
Saldo 2012	53.044	3.545	5.803		

⁽a) Saldos de mútuos a pagar mantido junto a diretores, membros do Conselho de Administração entre outras partes relacionadas.

⁽b) Controladora direta da Companhia. A controladora final do Grupo é a Dramd Participações e Administração Ltda.

⁽c) Sociedades controladas no exterior.

⁽d) Sociedade controlada no Brasil.

⁽e) Empresas coligadas no Brasil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Informações sobre partes relacionadas--Continuação

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As transações de vendas com partes relacionadas, referem-se a vendas de mercadorias para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas, e vendas de insumos utilizados na produção. As operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a fornecimento de insumos utilizados no processo produtivo da Companhia.

Os saldos de conta corrente, relativos aos contratos de mútuo entre a controladora, controladas e outras partes relacionadas, possuem prazo de vencimento indeterminado e são atualizados pró-rata tempore pela taxa DI-Extra, editada pela Andima, sem juros.

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia e suas controladas

A Companhia definiu como pessoal chave da administração, o conselho de administração, a diretoria estatutária e o conselho fiscal.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da administração estão representados como segue:

Benefícios de curto prazo (salários, ordenados, participações nos lucros e despesas com assistência médica)
Benefícios pós emprego – contribuições para Randonprev
Total

Controladora		Consolidado	
BRG	SAAP	IF	RS
2013	2012 2013		2012
3.120	3.417	3.120	3.417
213	154	213	154
3.333	3.571	3.333	3.571

A Companhia não pagou às suas pessoas chaves da administração, remuneração em outras categorias de i) benefícios de longo prazo, ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e iii) remuneração baseada em ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Companhia é patrocinadora da RANDONPREV – Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. As contribuições efetuadas no exercício montaram R\$904 (R\$874 em 2012).

O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício de 31 de dezembro de 2013 ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente. A obrigação atuarial no final do exercício foi determinada com base nos cálculos do atuário independente utilizando-se o método da unidade de crédito projetada.

A Companhia oferece plano de benefício definido que substancialmente cobre todos os seus empregados, sendo que as contribuições são feitas a fundos separados dos fundos próprios da Companhia.

A Companhia também deliberou pelo oferecimentos de determinados benefícios de pós-emprego a empregados de alto escalão nos Estados Unidos. Esses benefícios são financiados em regime de caixa.

As tabelas a seguir apresentam um resumo dos componentes da despesa de benefício liquido reconhecida na demostração do resultado, bem como do status e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial:

Despesa líquida com benefícios (reconhecida no
custo de vendas)
Custo do serviço corrente
Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios
Receita de juros sobre ativos do plano
Juros sobre o superávit irrecuperável
Custo do benefício definido no resultado
Rendimento real dos ativos do plano

Contro	oladora	Consolidado	
BRG	GAAP IFRS		RS
2013	2012	2013	2012
250	179	250	179
257	249	257	249
(286)	(514)	(286)	(514)
` -	139	• -	139
221	53	221	53
(23)	162	(23)	162

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários--Continuação

Ativo (passivo) de benefícios

	Contro	Controladora BRGAAP		solidado
	BRG			FRS
	2013	2012	2013	2012
Obrigação com benefícios definidos	(2.484)	(3.083)	(2.484)	(3.083)
Valor justo dos ativos do plano	3.330	3.328	3.330	3.328
Ajuste devido	(645)	-	(645)	-
Ativo de benefícios	201	245	201	245

As movimentações no valor presente de obrigação com benefício definido são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
	BRGAAP	IFRS
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2011	(2.538)	(2.538)
Custo de juros	(179)	(179)
Custo do serviço corrente	(250)	(250)
Benefícios pagos	144	144
Perdas (ganhos) atuariais sobre obrigações	(257)	(257)
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2012	(3.080)	(3.080)
Custo de juros	(257)	(257)
Custo do serviço corrente	(250)	(250)
Benefícios pagos	166	166
Perdas (ganhos) atuariais sobre obrigações	937	937
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2013	(2.484)	(2.484)

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
	BRGAAP	IFRS
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro de 2012	5.026	5.026
Retorno real dos investimentos	162	162
Contribuição do empregador	186	186
Benefícios pagos	(144)	(144)
Perdas (ganhos) atuariais sobre obrigações	(1.902)	(1.902)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2012	3.328	3.328
Retorno real dos investimentos	(23)	(23)
Contribuição do empregador	191	191
Benefícios pagos	(166)	(166)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2013	3.330	3.330

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários--Continuação

A Companhia espera contribuir com R\$977 aos seus planos de previdência com beneficio definido em 2014. As principais categorias dos ativos do plano com uma porcentagem do valor justo dos ativos totais do plano são as seguintes:

Ações no Brasil Títulos no Brasil

Contro	ladora	Consolidado	
BRG	BRGAAP		RS
2013	2012	2013 2012	
984	983	984	983
2.346	2.345	2.346	2.345
3.330	3.328	3.330	3.328

A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo.

	2013	2012
•	%	%
Taxa de desconto	12,42	8,62
Rendimento esperado dos ativo do plano	-	12,67
Taxa de crescimento salarial	8,56	7,64
Taxa de crescimento de benefícios	5,40	4,50
Expectativa de vida em planos de previdência privada		
para participantes assistidos com 60 anos:		
Homens	24,59	24,59
Mulheres	27,42	27,42

A expectativa estimada de benefício definido para o próximo exercício são as seguintes:

Controladora	Consolidado
BRGAAP	IFRS
205	205
411	411
616	616
	205 411

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários--Continuação

	Controladora	Consolidado
	BRGAAP	IFRS
Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido Pagamentos de benefícios esperados no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014	189	189
Pagamentos de 2014 Pagamentos de benefícios esperados nos exercícios a findar-se em 31 de dezembro de 2015 a 31 de dezembro de 2023	2.010	2.010
	2.199	2.199
Analise da obrigação de benefício definido por categoria do participante	0.074	0.074
Participantes ativos BPDs	2.274	2.274
Aposentados	34 176	34 176
Aposeiliauos	2.484	2.484
Informações Patrimoniais Percentual de alocação total em 31 de dezembro de 2013		
Renda variavel	20,06%	20,06%
Renda fixa	77,68%	77,68%
Outros	2,26%	2,26%
-	100,00%	100,00%
Custos reconhecidos no resultado do exercício		
Custo de serviço corrente	183	183
Juros líquidos sobre ativo líquido	(37)	(37)
	146	146

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos

Composição dos saldos

Participação em empresas controladas Outros investimentos Lucro não realizado nos estoques

Control	Controladora		dado
BRGA	GAAP IFRS		
2013	2012	2013 2012	
105.162	87.490	-	-
80	80	891	80
(6.732)	(4.665)	-	-
98.510	82.905	891	80

Movimentação dos saldos

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

Controladora BRGAAP		Conso	lidado
		IFF	RS
2013	2012	2013	2012
82.905	27.126	80	80
-	62.631	811	-
2.862	1.538	-	-
642	(3.380)	-	-
-	(4.067)	-	-
(2.067)	(943)	-	-
14.168	` -	-	-
98.510	82.905	891	80
	2013 82.905 - 2.862 642 - (2.067) 14.168	BRGAAP 2013 2012 82.905 - 62.631 2.862 1.538 642 (3.380) - (4.067) (2.067) (2.067) 14.168	BRGAAP IFF 2013 2012 2013 82.905 27.126 80 - 62.631 811 2.862 1.538 - 642 (3.380) - - (4.067) - (2.067) (943) - 14.168 - -

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos--Continuação

A seguir a movimentação dos investimentos nas controladas (Controladora):

	Fras-le North America	Fras-le Argentina	Fras-le Andina	Fras-le México	Fras-le Friction	Fras-le Europe	Fras-le Africa	Freios Controil	Fras-le Middle	Total
aldos em 31 de dezembro de 2012	7.061	14.775	99	232	21.054	2.576	256	41.334	103	87.490
- Equivalência patrimonial	(4.362)	1.444	12	89	2.657	634	(32)	54	146	642
- Ajustes acumulados de conversão	425	(2.152)	4	(21)	4.018	572	(16)	-	32	2.862
- Aumento de capital	4.168	` -	-	` -	-	-	` -	10.000	-	14.168
aldos em 31 de dezembro de 2013	7,292	14.067	115	300	27.729	3.782	208	51.388	281	105,162

Informações das investidas

										Tot	ais
	Fras-le North América	Fras-le Argentina	Fras-le Andina	Fras-le México	Fras-le Friction	Fras-le Europe	Fras-le Africa	Freios Controil	Fras-le Middle	2013	2012
Capital social Quantidade de quotas ou ações (em lote de mil)	21.793	6.622	24	2	25.120	2.133	55	55.000	64		
- Ordinárias	1	13.252	-	-	-	-	-	-	-		
- Quotas	-		-	2	-	-	-	-	-		
Participação no capital social, no											
final do exercício - %	100,00	94,00	99,00	99,66	100,00	100,00	100,00	99,99	100,00		
Ativos	85.958	48.108	148	325	34.663	7.390	213	75.165	312		
Passivos	78.667	33.143	33	24	6.934	3.608	5	23.735	31		
Receitas	56.043	72.822	333	716	33.459	12.031	405	73.749	748		
Patrimônio líquido ajustado	7.291	14.965	116	301	27.729	3.782	208	51.430	281		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(4.768)	1.722	12	95	2.657	561	23	54	142		
Ajustes acumulados de conversão	` 425 [°]	(2.152)	4	(21)	4.018	572	(16)	-	32	2.862	1.538
Resultado da equivalência patrimonial	(4.362)	`1.444 [´]	12	`89 [°]	2.657	634	(32)	54	146	642	(3.380)
Valor do investimento	7.292	14.067	115	300	27.729	3.782	208	51.388	281	105.162	82.905

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado

Controladora:

Custo do imobilizado bruto	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedor	Total
Saldo em 2012	127.615	344.127	9.077	6.939	2.103	31.955	1.767	523.583
Aquisições	337	7.995	125	95	103	17.929	6.256	32.840
Baixas	-	(1.659)	(81)	(98)	(584)	-	-	(2.422)
Transferências	11.393	21.838	890	347	` 49 [′]	(27.165)	(7.911)	` (559)
Saldo em 2013	139.345	372.301	10.011	7.283	1.671	22.719	112	553.442
Depreciação e perda do valor recuperável								
Saldo em 2012	(30.035)	(203.570)	(6.593)	(6.246)	(1.537)	-	-	(247.981)
Depreciação	(3.734)	(18.683)	(458)	(290)	(88)			(23.253)
Baixas		1.039	43	89	452			1.623
Saldo em 2013	33.769	221.214	7.008	6.447	1.173	-	-	269.611
Valor residual líquido								
Saldo em 2012	97.580	140.557	2.484	693	566	31.955	1.767	275.602
Saldo em 2013	105.576	151.087	3.003	836	498	22.719	112	283.831

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado --Continuação

Consolidado:

	Terrenos e	Máquinas, equipamentos e	Móveis e	Equipamentos de		Imobilizado em	Adiantamento a	
Custo do imobilizado bruto	prédios	moldes	utensílios	computação	Veículos	andamento	fornecedor	Total
Saldo em 2012	129.692	474.159	14.978	7.457	3.179	59.138	1.768	690.371
Aquisições	3.106	8.566	222	491	112	19.461	6.256	38.214
Baixas	-	(6.031)	(88)	(386)	(748)	(656)	-	(7.909)
Transferências	12.841	53.505	(4.397)	1.623	(294)	(55.926)	(7.911)	(559)
Variação cambial	155	3.287	672	81	(10)	3.604	-	7.789
Saldo em 2013	145.794	533.486	11.387	9.266	2.239	25.621	113	727.906
Depreciação e perda do valor recuperável Saldo em 2012 Depreciação Baixas Transferências Variação cambial Saldo em 2013	(30.902) (4.171) - (65) (35.138)	(272.153) (28.438) 2.138 (275) (704) (299.432)	(8.560) (569) 63 1.195 (215) (8.086)	(6.623) (520) 371 (886) (51) (7.709)	(1.982) (182) 608 (34) 8 (1.582)	- - - -	- - - - -	(320.220) (33.880) 3.180 - (1.027) (351.947)
Valor residual líquido								
Saldo em 2012	98.790	202.006	6.418	834	1.197	59.138	1.768	370.151
Saldo em 2013	110.656	234.054	3.301	1.557	657	25.621	113	375.959

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado--Continuação

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às demonstrações financeiras como um todo, a Companhia e suas controladas revisaram a vida útileconômica desses ativos e concluiram que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2013.

Custos de empréstimos capitalizados

As imobilizações em andamento estão representadas substancialmente por projetos de expansão e otimização das unidades industriais, conforme relacionado abaixo, e espera-se que esses projetos sejam concluídos ao longo de 2013.

Fabricação de ferramentais Fabricação e instalação de máquinas e equipamentos Construções e benfeitorias em imóveis

Contro	ladora	Consolidado				
BRG	AAP	IFRS				
2013	2012	2013	2012			
_						
1.583	2.217	1.583	2.217			
20.245	16.444	23.148	43.627			
891	13.294	891	13.294			
22.719	31.955	25.622	59.138			

O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$1.295 (R\$633 em 31 de dezembro em 2012). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi de 0,36% ao mês, que representa a taxa efetiva dos empréstimos específicos.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados desta poderiam estar acima do valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível

	Software e licenças					
Custo	Controladora	Consolidado				
_	BRGAAP	IFRS				
Saldo em 2012	26.859	30.698				
Transferências do imobilizado	559	559				
Aquisições	535	604				
Variação cambial	-	56				
Saldo em 2013	27.953	31.917				
Amortização e perda do valor recuperável						
Saldo em 2012	(8.288)	(11.154)				
Amortização	(2.844)	(3.224)				
Variação cambial	-	(46)				
Saldo em 2013	(11.132)	(14.424)				
Valor residual líquido						
Saldo em 2012	18.571	19.544				
Saldo em 2013	16.821	17.493				

Os ativos intangíveis referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada em 8 anos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos intangíveis desta poderiam estar acima do valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para litígios

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos no curso normal das operações, os quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que a perda é considerada provável.

Passivo contingente

O quadro a seguir demonstra, nas datas base 31 de dezembro de 2013 e 2012, os valores estimados do risco contingente (perda) atualizados, conforme opinião de seus assessores jurídicos:

Controladora:

Passivo		2013		2012			Depósito Judicial		
contingente	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	2013	2012	
a) cível	188	182	-	178	1.836	2.520	-	-	
b) tributário	-	24.031	101.389	-	14.081	189.329	12.370	12.370	
c) trabalhista	2.316	9.168	380	823	6.880	1.251	520	255	
d) previdenciário	415	165	1.468	4.146	2.209	<u> </u>	622	622	
Total	2.919	33.546	103.237	5.147	25.006	193.100	13.512	13.247	

Consolidado:

Passivo		2013			2012		Depósito Judicial	
contingente	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	2013	2012
a) cível	857	182	-	1.179	1.836	2.520	-	-
b) tributário	1.182	24.769	101.667	2.947	14.081	189.329	12.519	12.564
c) trabalhista	2.523	10.427	792	1.030	6.880	1.251	520	255
d) previdenciário	415	165	1.468	4.146	2.209		622	622
Total	4.977	35.543	103.927	9.302	25.006	193.100	13.661	13.441

Cível – Trata-se, principalmente, de ações relacionadas à contratos de prestação de serviço e representação comercial, que tem por objeto a discussão quanto à obrigações contratuais.

Tributário – Representado por autuações federais que se encontram em andamento, parte na esfera administrativa e parte na esfera judicial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para litígios--Continuação

Passivo contingente--Continuação

A Companhia responde por processos administrativos em andamento para os quais, quando têm probabilidade de perda possível ou remota, e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foram registradas provisões para contingências. Foram apresentadas defesas, alegando a improcedência de tais autuações. Os principais processos com riscos possível e remoto de perda são os seguintes:

- a) Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Imposto de Renda Retido na Fonte – A Companhia foi autuada no valor atualizado de R\$ 91.492, referente a pagamentos regularmente efetuados para seus agentes no exterior, a título de comissão de agente por agenciamento de vendas e serviços. Os valores incluem principal, multa e juros. A Receita Federal do Brasil pronunciou-se em resposta a apresentação de defesa da Companhia, já reconhecendo a operação desta como intermediação comercial adequada para transações que representam 29% do montante discutido. Os demais valores permanecem em discussão administrativa junto a Receita Federal do Brasil. O julgamento realizado no CARF, teve prosseguimento no dia 11 de junho de 2013, sendo julgado, por maioria, procedente o Recurso Voluntário apresentado pela Companhia, determinando o integral cancelamento do débito em discussão. Atualmente a Companhia aguarda a formalização da decisão.
- b) IPI, PIS e COFINS A Companhia retificou as declarações de rendimentos dos anos base de 1995 e 1996 por considerar dedutível a assunção de dívidas de terceiros quando da aquisição do controle acionário pela Randon S.A. Implementos e Participações, e realizou um pedido de restituição que foi objeto de compensação com valores devidos em períodos posteriores a título de PIS, COFINS e IPI, mas teve seu pedido de restituição indeferido. O valor atualizado do processo é R\$ 8.444. A União Federal ajuizou execução fiscal para cobrar o suposto débito requerendo a penhora on line de valores nas contas da Companhia, o que foi deferido pela Justiça Federal em 23 de dezembro de 2011. No dia 27 de dezembro de 2011 foram penhorados nas contas da Companhia o valor de R\$ 7.223. A Companhia opôs Embargos a Execução Fiscal que foram julgados procedentes, inclusive pelo TRF, já tendo transitado em julgado a referida decisão. A Companhia aguarda a intimação desta última decisão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para litígios--Continuação

Passivo contingente--Continuação

- c) Imposto de Importação A Companhia foi autuada, sob a presunção de descumprimento da proporção Bens de Capital Nacional x Bens de Capital, e consequente infração ao disposto no artigo 2, inciso II, da Lei nº 9.449/97, e artigo 6 do Decreto nº 2.072/96, no valor de R\$7.451. A Companhia apresentou impugnação suscitando inicialmente que a multa aplicada estaria prescrita. Ainda, foram apresentados erros de fatos e de direito existentes no lançamento tributário, e requerido o integral cancelamento do auto de infração. Em 06/10/2011 foi julgado o Recurso Voluntário apresentado pela Companhia, dando integral provimento, para cancelar o auto de infração. Diante da decisão proferida, foi apresentado Recurso Especial pela Fazenda
- d) Imposto de Renda e Contribuição Social A Companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos à base negativa de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, declarado na DIPJ 2003, ano-base 2002 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos – retenção – realizados no exterior, a base negativa do IRPJ não estaria confirmada, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$2.034.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para litígios--Continuação

Passivo contingente--Continuação

- e) *ICMS* A Companhia foi autuada em 2011 pela SEFAZ/RS (Auto de Lançamento nº 0024041297), com exigência de ICMS, multa e juros, em razão da glosa, pelo Fisco, do crédito presumido do ICMS sobre os custos do transporte das aquisições de aço. O valor do processo é R\$2.470.
- f) Contribuição social Refere-se à participação nos resultados dos Gerentes e coordenadores. Trata-se de Ação Anulatória com Pedido de Antecipação de Tutela objetivando a desconstituição dos Autos de Infração n.ºs 37.269.527-2 e 37.269.528-0, lavrados pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia em razão de suposta inobservância aos requisitos da Lei n.º 10.101/2000, quando da participação dos lucros e resultados aos seus Gerentes e coordenadores. O valor do processo é R\$4.119.

<u>Trabalhista</u> – diversas reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria à vários pleitos indenizatórios;

Previdenciário – autuações do INSS que encontram-se em julgamento no TRF.

Ativo contingente

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui ativos contingentes representados basicamente por ações federais que encontram-se em julgamento no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF). A Companhia não registra contabilmente ganhos contingentes, pois somente os contabiliza após o trânsito em julgado das ações ou pelo efetivo ingresso dos recursos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para litígios—Continuação

O demonstrativo, na data base de 31 de dezembro de 2013, contendo informações sobre contingências ativas (ganho), conforme opinião de seus assessores jurídicos está abaixo detalhado:

Controladora:

Ativo		2013			2012	
Contingente	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
(a) Cível	10	349	370	10	349	312
(b)Tributário	3.691	2.055	28	3.909	2.027	27
Total	3.701	2.404	398	3.919	2.376	339

Consolidado:

Ativo		2013			2012	
Contingente	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
(a) Cível	10	349	370	10	349	312
(b)Tributário	3.691	2.055	191	3.909	2.027	27
Total	3.701	2.404	561	3.919	2.376	339

- a) Cível trata-se de ações de recuperação de créditos (cobrança), os quais já têm provisão para perdas contábeis, contudo os processos continuam tramitando em juízo e caso a Companhia tenha sucesso, terá sua provisão revertida.
- b) Tributário representadas basicamente por ações federais que encontram-se em julgamento no STJ e STF.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para litígios—Continuação

Passivo contingente—Continuação

Movimentação da provisão para litígios

A movimentação dos processos é como segue:

Controladora

	Saldo em		Realização/	Saldo em
	2012	Adição	Baixas	2013
Cíveis	178	10	-	188
Trabalhistas	823	2.317	(824)	2.316
Previdenciários	4.146	45	(3.776)	415
	5.147	2.372	(4.600)	2.919

Consolidado

	Saldo em 2012	Adição	Realização/ Baixas	Saldo em 2013
Cíveis	1.179	13	(335)	857
Trabalhistas	1.030	2.318	(824)	2.524
Tributárias	2.947	676	(2.442)	1.181
Previdenciário	4.146	45	(3.776)	415
	9.302	3.052	(7.377)	4.977

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos e financiamentos

			_	Control		Consol	
			_	BRGA		IFR	
	Indexador	Juros	Vencimento	2013	2012	2013	2012
Circulante							
Moeda nacional:	T !! D+	40/ 50/	4 = (0.0 (0.000			44.000	
Empréstimos bancários – FINEP	TJLP*	1% a 5% a.a	15/02/2020	11.239	9.696	11.253	9.696
BNDES	TJLP	2,67% a 2,97% a.a.	31/01/2020	15.650	57.569	15.650	57.578
EXIM	TJLP	5,5%a.a	15/04/2016	576	50.429	576	50.429
Incentivo Fiscal Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	21/11/2025	1.682	668	1.682	668
Empréstimos capital de giro	TJLP	9,94% a.a.	15/08/2017	.	-	4.508	10.011
Vendor	Selic	3% a.a.	10/03/2014	21.124	-	21.124	-
Moeda estrangeira:							
gg	Variação						
	cambial +						
Adiantamentos de contratos de câmbio	deságio	1,7% a 2,3% a.a	14/11/2013	_	46.449	_	46.449
Empréstimos bancários US\$ 1.644 mil	Libor	4% a.a.	30/08/2018	_	-	3.852	2.765
Empréstimos bancários US\$ 30.835 mil		20.6% a.a.	26/05/2014	_	_	11.082	
BNDES US\$ 22 mil	5,6 + Spread	1,97% a.a.	15/01/2020	51	477	51	477
511525 55¢ 22 1111	Variação	1,01 /0 a.a.	10/01/2020	•	****	•	-11.1
IFC financiamento de US\$ 1.363 mil	Cambial + Libor	2,25% a 3% a.a.	15/10/2017	3.193	13.706	3.193	13.706
IFC imanciamento de OS\$ 1.363 mil		2,25% a 5% a.a.	15/10/2017	3.193	13.706	3.193	13.706
	Variação cambial +						
Basaluaão 2770 NCE	Libor 6M	4.59/ 0.0	20/02/2020	1.651	1.290	1.651	1 200
Resolução 2770 NCE	LIDOI OIVI	4,5% a.a.	20/03/2020	1.001	1.290	1.001	1.290
			_	55.166	180.284	74.622	193.069
Não Circulante							
Moeda nacional:							
Empréstimos bancários – FINEP	TJLP*	1 a 5% a.a	15/02/2020	20.208	31.382	20.220	31.406
BNDES	TJLP	2,67% a 2,97% a.a.	31/01/2020	53.990	-	53.990	-
EXIM	TJLP	5,5 a.a.	15/04/2016	50.000	-	50.000	-
Incentivo Fiscal Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	21/11/2025	23.241	16.840	23.241	16.840
Empréstimo bancário capital de giro	TJLP	9,94% a.a	15/08/2017	-	-	7.968	12.563
Moeda estrangeira:							
Empréstimos bancários US\$ 20.324 mil	Libor	4% a.a.	30/08/2018	-	-	47.612	49.044
Empréstimos bancários	-	20,6% a.a.	26/05/2014	.	-	.	4.758
BNDES US\$ 1.952	5,6 + Spread	1,97% a.a.	15/01/2020	4.573	-	4.573	-
	Variação						
	Cambial +						
IFC financiamento de US\$ 4.000 mil	Libor	3% a.a.	15/10/2017	9.370	-	9.370	-
	Variação						
	cambial +						
Resolução 2770 NCE	Libor 6M	4,5% a.a.	20/03/2020	117.130	102.175	117.130	102.175
			_	278.512	150.397	334.104	216.786
Total de empréstimos sujeitos a juros				333.678	330.681	408.726	409.855

^{*} Taxa aplicável quando exceder 5,5% a.a..

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos e Financiamentos --Continuação

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$57.146 (R\$70.423 em 31 de dezembro de 2012), e avais/fianças da Fras-le S.A. no valor de R\$101.864 (R\$84.973 em 31 de dezembro de 2012).

Os contratos de financiamentos junto ao International Finance Corporation – IFC, e os contratos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contém cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros (liquidez corrente, endividamento a longo prazo e cobertura de dívida) não forem atingidos. Em 31 de dezembro de 2013 os índices estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia.

Fundopem/RS

Em dezembro de 2006, a Companhia e suas controladas assinaram Termo de Ajuste junto ao Estado do Rio Grande do Sul, como adesão ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul).

O incentivo fiscal constitui-se em postergação de pagamento de parcela do débito de ICMS gerado mensalmente, com uma carência de 54 meses e prazo de pagamento em 96 meses, corrigido pelo IPCA/IBGE e taxa de juros em 3% a.a. A parcela do débito com pagamento postergado é apurada a partir de incremento de faturamento, aumento na geração de débito de ICMS e geração de empregos conforme definido no Termo de Ajuste Fundopem – RS ainda não utilizado no valor de R\$14.095 (R\$19.526 em 31 de dezembro de 2012).

Para incremento de valor financiado a Companhia e suas controladas observam todas as exigências para obtenção deste tipo de incentivo, a saber:

- a) Faturamento bruto incremental mensal:
- b) ICMS incremental mensal;
- c) Número de empregos diretos incrementais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Capital social e reservas

Ações autorizadas		
	2013	2012
Ações ordinárias no valor de R\$1 cada	300.000.000	90.000.000
Ações preferenciais conversíveis no valor de R\$1	-	180.000.000
•	300.000.000	270.000.000
Ações ordinárias emitidas e totalmente integralizadas		
	Em milhares	R\$000
Em 31 de dezembro de 2012	66.174.350	109.880
Em 31 de dezembro de 2013	99.981.000	170.000
Ações preferenciais emitidas e totalmente integralizadas	Em milhares	R\$000
Em 31 de dezembro de 2012	36.206.650	60.120
Em 31 de dezembro de 2013		
Ações em tesouraria		74000
	Em milhares	R\$000
Em 31 de dezembro de 2012	2.400.000	3.886
Em 31 de dezembro de 2013	-	-

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 12 de novembro de 2013, autorizou o cancelamento das 2.400.000 ações preferenciais mantidas em tesouraria e no dia 28 de novembro de 2013, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) e em Assembleia Geral de Preferencialistas (AGESP), aprovaram a conversão compulsória da totalidade das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias, na proporção de uma ação preferencial para uma ação ordinária, passando o capital social da Companhia a ser representado por 99.981.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal; na mesma AGE os acionistas aprovaram o aumento do limite do capital autorizado da Companhia para 300.000.000 de ações ordinárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Capital social e reservas--Continuação

Reservas e retenção de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva geral de lucros (estatutária)

Reserva geral de lucros, com saldo que remanescer após a destinação supra mencionada, destinada à manutenção do capital de giro, que não poderá exceder a 80% do capital social.

Com a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2013, nos termos da lei e do Estatuto Social da Companhia, o saldo das reservas de lucros excedeu o limite estabelecido no Estatuto Social. Desta forma, será proposta aos acionistas em Assembléia Geral a capitalização do excesso de reserva apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Outros resultados abrangentes

Hedge de fluxo de caixa

Contém a parte eficaz dos *hedge*s de fluxo de caixa até a data do balanço. Também é contabilizada, como um componente em separado, a porção eficaz de ganhos ou perdas sobre instrumentos em *hedge*s de fluxo de caixa de R\$ 560 (R\$1.913 em 2012) que representam os movimentos nos *hedge*s de fluxo de caixa e a parte eficaz dos contratos, líquidos de impostos.

Reserva para conversão em moeda estrangeira

A reserva para conversão em moeda estrangeira é utilizada para contabilizar diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras de controladas estrangeiras, sendo também utilizada para contabilizar o efeito do *hedge* sobre investimentos líquidos em operações estrangeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Capital social e reservas--Continuação

Outros resultados abrangentes--Continuação

Reserva para ajuste do custo atribuído do imobilizado

Constituída em decorrência de avaliação ao valor justo dos bens do ativo imobilizado de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

Imposto de renda e contribuição social diferidos correspondentes ao custo atribuído ao imobilizado, estão contabilizados no passivo não circulante

A reserva para ajuste do custo atribuído do imobilizado está sendo realizada conforme a depreciação dos bens avaliados registrados na controladora contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. O mesmo efeito está refletido no resultado do exercício, pela depreciação do valor do custo atribuído aos ativos avaliados.

18. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos

Dividendos e juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei 6.404/76 com a nova redação dada pela Lei 10.303/2001.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos— Continuação

Dividendos e juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95--Continuação

Os dividendos foram calculados conforme segue

Lucro líquido do exercício 40.003 24.739 Ajustes pelo impacto da adoção da Lei 11.638/2007 3.117 3.478 Lucro líquido do exercício ajustado 43.120 28.217 Reserva legal (5%) (2.156) (1.411) Lucro base para distribuição 40.964 26.806 Dividendo mínimo obrigatório (25%) 10.241 6.701 Adicional as ações preferenciais (10%) - 227 Valor dos dividendos mínimos obrigatórios 10.241 6.928 Juros sobre capital próprio 13.999 7.997 Imposto de renda (15%) (2.100) (1.199) 11.899 6.798		2013	2012
Lucro líquido do exercício ajustado 43.120 28.217 Reserva legal (5%) (2.156) (1.411) Lucro base para distribuição 40.964 26.806 Dividendo mínimo obrigatório (25%) 10.241 6.701 Adicional as ações preferenciais (10%) - 227 Valor dos dividendos mínimos obrigatórios 10.241 6.928 Juros sobre capital próprio 13.999 7.997 Imposto de renda (15%) (2.100) (1.199) 11.899 6.798	Lucro líquido do exercício	40.003	24.739
Reserva legal (5%) (2.156) (1.411) Lucro base para distribuição 40.964 26.806 Dividendo mínimo obrigatório (25%) 10.241 6.701 Adicional as ações preferenciais (10%) - 227 Valor dos dividendos mínimos obrigatórios 10.241 6.928 Juros sobre capital próprio 13.999 7.997 Imposto de renda (15%) (2.100) (1.199) 11.899 6.798	Ajustes pelo impacto da adoção da Lei 11.638/2007	3.117	3.478
Reserva legal (5%) (2.156) (1.411) Lucro base para distribuição 40.964 26.806 Dividendo mínimo obrigatório (25%) 10.241 6.701 Adicional as ações preferenciais (10%) - 227 Valor dos dividendos mínimos obrigatórios 10.241 6.928 Juros sobre capital próprio 13.999 7.997 Imposto de renda (15%) (2.100) (1.199) 11.899 6.798			_
Lucro base para distribuição 40.964 26.806 Dividendo mínimo obrigatório (25%) 10.241 6.701 Adicional as ações preferenciais (10%) - 227 Valor dos dividendos mínimos obrigatórios 10.241 6.928 Juros sobre capital próprio 13.999 7.997 Imposto de renda (15%) (2.100) (1.199) 11.899 6.798	Lucro líquido do exercício ajustado	43.120	28.217
Dividendo mínimo obrigatório (25%) 10.241 6.701 Adicional as ações preferenciais (10%) - 227 Valor dos dividendos mínimos obrigatórios 10.241 6.928 Juros sobre capital próprio 13.999 7.997 Imposto de renda (15%) (2.100) (1.199) 11.899 6.798	Reserva legal (5%)	(2.156)	(1.411)
Adicional as ações preferenciais (10%) - 227 Valor dos dividendos mínimos obrigatórios 10.241 6.928 Juros sobre capital próprio 13.999 7.997 Imposto de renda (15%) (2.100) (1.199) 11.899 6.798	Lucro base para distribuição	40.964	26.806
Adicional as ações preferenciais (10%) - 227 Valor dos dividendos mínimos obrigatórios 10.241 6.928 Juros sobre capital próprio 13.999 7.997 Imposto de renda (15%) (2.100) (1.199) 11.899 6.798			
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios 10.241 6.928 Juros sobre capital próprio 13.999 7.997 Imposto de renda (15%) (2.100) (1.199) 11.899 6.798	Dividendo mínimo obrigatório (25%)	10.241	6.701
Juros sobre capital próprio 13.999 7.997 Imposto de renda (15%) (2.100) (1.199) 11.899 6.798	Adicional as ações preferenciais (10%)	-	227
Imposto de renda (15%) (2.100) (1.199) 11.899 6.798	Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	10.241	6.928
Imposto de renda (15%) (2.100) (1.199) 11.899 6.798			
11.899 6.798	Juros sobre capital próprio	13.999	7.997
	Imposto de renda (15%)	(2.100)	(1.199)
D' l'handan ann an de ann		11.899	6.798
Dividendos propostos complementar - 130	Dividendos propostos complementar		130
Total dos dividendos e juros sobre o capital próprio 11.899 6.928	Total dos dividendos e juros sobre o capital próprio	11.899	6.928

O valor de juros sobre o capital próprio integra a proposta de distribuição de dividendos a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Ordinária, em conformidade com o item V da Deliberação CVM nº 207/96.

Em 04 de abril de 2013, a Assembleia Geral Ordinária aprovou o pagamento de dividendos adicionais, sobre o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$1.386.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou e pagou/creditou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$13.999 (R\$7.997 em 2012) os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$4.724, (R\$2.719 em 2012) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (R1) (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2013		2012*	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Lucro líquido do exercício	40.003	-	15.838	8.901
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	99.981	-	66.174	33.807
Lucro por ação – básico e diluído	0,40	-	0,24	0,26

^{*} Vide nota 17 que trata sobre a conversão de ações preferenciais em ações ordinárias.

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras .

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Impostos sobre o lucro

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFR	S
	2013	2012	2013	2012
Imposto de renda e contribuição social correntes:				
Despesa de Imposto de renda e contribuição social correntes	(12.018)	(8.357)	(12.698)	(11.436)
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Relativos à constituição e reversão de diferenças temporárias	(77)	441	2.747	5.048
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	(12.095)	(7.916)	(9.951)	(6.388)
- r	(12100)	(11010)	(51551)	(0.000)
	Contro	ladora	Consol	idado
	BRG	AAP	IFR	S
	2013	2012	2013	2012
Demonstração consolidada do resultado abrangente				
Imposto de renda e contribuição social diferidos relativos a itens debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido durante o exercício:				
Ajuste de Avaliação Atuarial - Randonprev	(5)	(209)	(5)	(209)
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge Accounting	(288)	(986)	(28 8)	(986)
	(293)	(1.195)	(293)	(1.195)

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está descrita a seguir:

Controlodoro

0----

Controladora BRGGAP		Consol	idado
		IFR	S
2013	2012	2013	2012
52.098	33.202	50.058	31.994
17.713	11.289	17.020	10.878
(1.224)	(2.719)	(1.224)	(2.719)
(4.760)	(1.790)	(4.760)	(1.790)
366	1.136	(1.085)	19
12.095	7.916	9.951	6.388
23,22%	23.84%	19,88%	19,97%
	52.098 17.713 (1.224) (4.760) 366 12.095	2013 2012 52.098 33.202 17.713 11.289 (1.224) (2.719) (4.760) (1.790) 366 1.136 12.095 7.916	BRGGAP IFR 2013 2012 2013 52.098 33.202 50.058 17.713 11.289 17.020 (1.224) (2.719) (1.224) (4.760) (1.790) (4.760) 366 1.136 (1.085) 12.095 7.916 9.951

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Impostos sobre o lucro--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:

Controladora:

	Balanço patrimonial		Resultado	
	BRG	AAP	BRGA	AAP
	2013	2012	2013	2012
Provisão para comissões e fretes	1.464	442	1.022	100
Provisão para devedores duvidosos	1.288	1.753	(465)	1.265
Provisão para contingências	907	1.660	(753)	(208)
Provisão estoques obsoletos	1.313	567	`746 [´]	200
Operações de derivativos	138	588	(743)	117
Ajustes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09	393	190	203	(357)
Provisão desvinculo de funcionários	720	596	124	167
Participação dos diretores e funcionários	1.659	947	712	(499)
Provisões diversas e outros	1.280	1.562	(282)	203
Randonprev avaliação atuarial	(507)	(724)	217	(239)
Ajuste "valor atribuído" do imobilizado	(22.416)	(24.022)	1.606	1791
Lucro não realizado nos estoques	2.289	` 1.586 [´]	703	320
Compra vantajosa Controil	(1.657)	(2.419)	762	(2.419)
Depreciação vida útil / fiscal	(3.929)	`	(3.929)	` -
Receita (despesa) de imposto de renda e			•	
contribuição social diferidos			(77)	441
Passivo fiscal diferido	(17.058)	(17.274)		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Impostos sobre o lucro--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferido--Continuação

Consolidado:

	Balanço patrimonial IFRS		Resul	tado
-			IFR	S
- -	2013	2012	2013	2012
Prejuízos fiscais a compensar	16.761	12.048	3.211	4.027
Provisão para comissões e fretes	1.464	442	1.022	100
Provisão para devedores duvidosos	1.288	1.753	(465)	1.265
Provisão para contingências	1.538	3.073	(1.535)	(307)
Provisão estoques obsoletos	1.313	567	` 746 [′]	200
Operações de derivativos	138	588	(743)	117
Ajustes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09	393	190	203	(357)
Provisão desvínculo de funcionários	720	596	124	167
Participação dos diretores e funcionários	1.659	947	712	(499)
Provisões diversas	1.280	1.562	(282)	511
Randonprev avaliação atuarial	(507)	(724)	217	(239)
Ajuste "valor atribuído" do imobilizado	(27.934)	(30.694)	2.760	2.368
Compra vantajosa Controil	(1.657)	(2.419)	762	(2.419)
Depreciação vida útil / fiscal	(3.929)	-	(3.929)	-
Outros	330	386	(56)	114
Receita de imposto de renda e contribuição				5.048
social diferidos			2.747	3.3 10
(Passivo) fiscal diferido	(15.043)	(16.896)		
Ativo fiscal diferido	7.900	5.211		

Medida Provisória 627

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na melhor interpretação da administração sobre o texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consol	idado
	BR	GAAP	IFR	RS
	2013	2012	2013	2012
Receita bruta de vendas	699.050	659.878	935.992	865.976
Devolução de vendas	(1.332)	(10.419)	(2.793)	(11.965)
Ajuste a valor presente	(5.740)	(5.965)	(6.220)	(5.965)
Impostos sobre a venda	(173.897)	(153.396)	(209.698)	(185.288)
Receita operacional líquida	518.081	490.098	717.281	662.758

22. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	Controladora BRGAAP		Consoli	
	2013	2012	2013	2012
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(363.555)	(356.136)	(522.053)	(494.410)
Despesas com vendas	`(57.388)	(59.503)	`(71.194)	(76.253)
Despesas gerais e administrativas	(32.340)	(32.526)	(46.192)	(42.458)
Remuneração dos administradores	(3.094)	(2.786)	(3.094)	(2.786)
Outras despesas operacionais	(6.653)	(5.740)	(9.630)	(6.246)
	(463.030)	(456.691)	(652.163)	(622.153)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(26.097)	(25.134)	(37.104)	(33.576)
Despesas com pessoal	(140.323)	(132.820)	(184.567)	(168.576)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(192.417)	(189.152)	(276.892)	(232.081)
Fretes	(17.855)	(17.290)	(24.094)	(21.759)
Energia elétrica	(10.585)	(12.522)	(18.452)	(17.308)
Comissões	(11.051)	(8.924)	(12.708)	(10.357)
Conservação e manutenção	(12.171)	(11.710)	(18.139)	(15.983)
Outras despesas	(52.531)	(59.139)	(80.207)	(122.513)
	(463.030)	(456.691)	(652.163)	(622.153)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Despesas com funcionários e participação nos lucros

	Controladora		Consol	idado
	BRG	BRGAAP		S
	2013	2012	2013	2012
Ordenados e salários	113.913	121.003	139.878	145.640
Custos de previdência social	4.053	11.486	7.096	19.667
Custos relacionados a aposentadoria	904	874	904	3.912
	118.870	133.363	147.878	169.119

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido no Programa de Participação nos Resultados homologado nos sindicatos das categorias, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000. O montante de participação nos lucros de 31 de dezembro de 2013 foi no valor de R\$ 7.974 (R\$ 3.589 em 31 de dezembro de 2012).

24. Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os custos de pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesa na demonstração do resultado, nas rubricas de despesas com vendas e de despesas gerais e administrativas, durante o exercício totalizam R\$ 6.001 (R\$ 6.793 em 31 de dezembro de 2012).

25. Resultado financeiro

	Controladora BRGAAP		Consoli	dado
			IFRS	3
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras:				
Variação cambial	64.579	11.380	65.599	11.380
Juros sobre rendimentos de aplicações financeiras	9.425	16.349	9.464	16.349
Ganhos com outras operações de derivativos	2.358	(119)	2.358	(119)
Ajuste a valor presente	5.576	6.340	6.082	6.340
Outras receitas financeiras	1.471	2.510	1.586	3.304
	83.409	36.460	85.089	37.254
Despesas financeiras:				
Variação cambial	(62.742)	(20.285)	(64.554)	(26.540)
Juros sobre financiamentos	(13.517)	(16.585)	(14.929)	(21.699)
Perdas com outras operações de derivativos	(6.872)	(41)	(6.872)	(41)
Ajuste a valor presente	(1.525)	(1.024)	(1.774)	(1.340)
Variação monetária	(1.615)	(2.731)	(1.615)	(3.573)
Despesas bancárias	(933)	(1.684)	(1.014)	(2.203)
Outras despesas financeiras	(1.971)	(671)	(11.677)	(890)
	(89.175)	(43.021)	(102.435)	(56.286)
Resultado financeiro	(5.766)	(6.561)	(17.346)	(19.032)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de créditos e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, aos quais a Companhia entende que está exposta, de acordo com sua natureza de negócios e estrutura operacional.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os riscos da Companhia são descritos a seguir:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Apresentamos a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras :

Controladora:

			Valor co	ontábil	Valo	r justo
	Nota	Categoria	2013	2012	2013	2012
Ativos						
Caixa e equivalente de caixa	5	(a)	148.037	70.490	148.037	70.490
Aplicação financeira	6	(b)	70.298	146.640	70.298	146.640
Clientes	7	(a)	91.035	86.872	91.035	86.872
Instrumentos financeiros derivativos	26	(b)	-	259	-	259
Passivos						
Fornecedores		(b)	(23.403)	(21.784)	(23.403)	(21.784)
Empréstimos e financiamentos	16	(c)	(333.678)	(330.681)	(333.722)	(330.398)
Mútuos a pagar	10	(c)	(957)	(1.039)	(957)	(1.039)
Instrumentos financeiros derivativos	26	(b)	(947)	(225)	(947)	(225)
Total		•	(49.615)	(49.468)	(49.659)	(49.185)

Consolidado:

			Valor co	ontábil		Valor justo
	Nota	Categoria	2013	2012	2013	2012
Ativos						
Caixa e equivalente de caixa	5	(a)	166.039	79.308	166.039	79.308
Aplicação financeira	6	(b)	70.298	146.640	70.298	146.640
Clientes	7	(a)	98.294	103.915	98.294	103.915
Instrumentos financeiros		. ,				
derivativos	26	(b)	-	259	-	259
Passivos						
Fornecedores		(b)	(45.513)	(34.938)	(45.513)	(34.938)
Empréstimos e financiamentos	16	(c)	(408.726)	(409.855)	(408.783)	(409.572)
Mútuos a pagar	10	(c)	(957)	(1.039)	(957)	(1.039)
Instrumentos financeiros						
derivativos	26	(b)	(947)	(225)	(947)	(225)
Total			(121.512)	(115.935)	(121.569)	(115.652)

Categorias:

- (a) Empréstimos e recebíveis
- (b) Valor justo por meio do resultado
- (c) Empréstimos e financiamentos

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de mercado--Continuação

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

<u>Nível 2</u>: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

<u>Nível 3</u>: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Companhia possui apenas instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo considerando uma técnica de avaliação de Nível 2. Não houveram transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas à taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos à taxas fixas e à taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pos-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras e, em determinadas circunstâncias avaliam a necessidade de contratação de operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA, Libor, URTJ, US\$ e CDI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

Risco de taxa de juros--Continuação

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

Foi considerado três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

Nossa análise de sensibilidade leva em consideração as posições em aberto na data base de 31 de dezembro de 2013, com base em valores nominais e juros de cada instrumento contratado.

DETERIORAÇÃO DAS RECEITAS FINANCEIRAS

US\$

5			
	Cenário	Cenário	Cenário
Moeda	Provável	Possível	Remoto
R\$	11.378	8.533	5.689
Depreciação	da Taxa em	25%	50%
	Provável	Possível	Remota
	9,77%	7,32%	4,88%
Moeda	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
R\$	173.108	216.361	259.608
Apreciação o	la Taxa em	25%	50%
	Provável	Possível	Remota
	5,00%	6,25%	7,50%
	1 07	2,47	2,96
	R\$ Depreciação Moeda R\$	Cenário Provável R\$ 11.378	Moeda Cenário Provável Possível Cenário Possível R\$ 11.378 8.533 Depreciação da Taxa em 25% Provável Possível 9,77% 7,32% Cenário Provável Possível R\$ 173.108 216.361 Apreciação da Taxa em 25% Provável Possível 5,00% 6,25%

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

3.51

2.93

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de câmbio -- Continuação

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 apresentou variação positiva de 5,05% (11,18% positiva em 31 de dezembro de 2012). O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior, líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação a sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em *hedge* natural a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade unica de proteção (*hedge*).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a exposição cambial da Companhia e suas controladas para operações em moeda estrangeira são como segue:

		US\$ mil			
		Contro	ladora	Consol	idado
		BRG	AAP	IFR	S
		2013	2012	2013	2012
A.	Ativos líquidos em dólares norte-americanos	87.773	52.782	66.724	23.993
_					
В.	Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos	58.041	79.916	84.741	107.614
C.	Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(404)	17	(404)	17
О.	valor justo de instrumentos imancenos denvativos	(404)	17	(404)	17
D.	Superávit (Déficit) apurado (A-B+C)	29.328	(27.117)	(18.421)	(83.604)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de câmbio--Continuação

Sensibilidade à taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação (devido a variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e do patrimônio da Companhia. Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

			Controladora	
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Exposição líquida de instrumentos financeiros	Alta do US\$ Queda do US\$	68.701 68.701	85.876 51.526	103.052 34.351

			Consolidado	
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Exposição líquida de instrumentos	Alta do US\$	(43.153)	(75.960)	(91.152)
financeiros	Queda do US\$	(43.153)	(45.576)	(30.384)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de estrutura de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo:

Controladora	Nota	2013	2012
Empréstimos e financiamentos	16	333.678	330.681
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	5 e 6	(218.335)	(217.130)
Dívida líquida	_	115.343	113.551
Patrimônio		394.943	368.033
Patrimônio e dívida líquida	<u> </u>	510.286	481.584
Quociente de alavancagem		23%	24%
Consolidado	Nota	2013	2012
Empréstimos e financiamentos (-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	16	408.726	409.855
	5 e 6	(236.337)	(225.948)
Dívida líquida	_	172.389	183.907
Patrimônio		394.943	368.033
Patrimônio e dívida líquida	=	567.332	551.940
Quociente de alavancagem		30%	33%

Garantias

A Companhia não tem ativos financeiros dados em garantia em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação e histórico de perda. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com freqüência. Em 31 dezembro de 2013, a Companhia contava com aproximadamente 34 clientes que deviam R\$799 cada (em 31 de dezembro de 2012 eram 22 clientes que deviam R\$1.700 cada) sendo responsáveis por aproximadamente 70% de todos os recebíveis devidos. Os demais 30% estavam representados por 282 clientes, que deviam aproximadamente R\$41 cada. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada fechamento em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente.

O cálculo é baseado em dados históricos efetivos. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado que está indicado na Nota 7.

Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pelo Comitê de Planejamento e Finanças, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2013 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Controladora:

Exercício findo em 31 de	Menos de	3 a 12		Mais de 5	
dezembro de 2013	3 meses	meses	1 a 5 anos	anos	Total
Empréstimos e Financiamentos Fornecedores	24.282 23.465	30.884	258.208	20.304	333.678 23.465
	47.747	30.884	258.208	20.304	357.143

Consolidado:

Exercício findo em 31 de	Menos de	3 a 12		Mais de 5	
dezembro de 2013	3 meses	meses	1 a 5 anos	anos	Total
Empréstimos e Financiamentos	26.922	47.496	314.003	20.305	408.726
Fornecedores	38.619	7.278	-	=	45.897
_	65.541	54.774	314.003	20.305	454.623

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

A Administração da Companhia e de suas controladas mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio de seus controles internos.

Atualmente, os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia, todos com registro na CETIP, são decorrentes de risco de câmbio, com objetivo específico de proteção de sua exposição estimada em moeda estrangeira.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia foram substancialmente de operações com NDFs (*Non Deliverable Forward*) visando a proteção (*hedge*) de vendas e compras futuras esperadas a clientes e fornecedores no exterior para as quais a Companhia prevê que seja altamente provável a realização de transações. Nesta modalidade de operação a Companhia tem deveres e obrigações com base em uma cotação contratada previamente no momento de seu vencimento, ou seja os contratos a termo contratados pela Companhia não possuem margens de variação. O resultado líquido é registrado por competência nas suas demonstrações financeiras .

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

Apresentamos no quadro abaixo as posições da Companhia verificadas em 31 de dezembro de 2013, com os valores nominais e justos de cada instrumento contratado:

	Valor de F	Referência	Valo Refer									
	Nocion milhares		Nocion milhare		Valor Jus milhares (crédito)	de R\$ -	Valor de C milhares (crédito)	de R\$ -	Efeito Acumula – em milharo (crédito) /	es de R\$	Efeito Acum 2012 – em m R\$ (crédito	ilhares de
Descrição / Contraparte	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	Valor Recebido	Valor pago	Valor recebido	Valor pago
NDF venda	11.900	18.700	27.921	37.499	(947)	218	(947)	218	-	-	14	4.222
NDF compra		50.000	-	102.175	-	(184)	-	(184)	6	(614)	-	
Total	11.900	68.700	27.921	139.674	(947)	34	(947)	34	6	(614)	14	4.222

No quadro abaixo demonstramos a abertura dos derivativos de câmbio por contraparte:

			Valor de Referê	encia			
			Valor Justo				
Descrição	Modalidade	Moeda	2013	2012	Moeda	2013	2012
Banco do Brasil	Venda	USD	-	1.000	R\$	-	35
HSBC	Venda	USD	-	3.000	R\$	-	(125)
Banco Itaú BBA	Venda	USD	-	1.500	R\$	-	67
Votorantim	Venda	USD	6.600	4.000	R\$	(472)	(199)
Santander	Venda	USD	4.500	5.700	R\$	(408)	173
Safra	Venda	USD	-	1.000	R\$		99
Bradesco	Venda	USD	-	2.500	R\$	-	168
Citi	Venda	USD	500	-	R\$	(14)	-
Unibanco	Compra	USD	300	25.000	R\$	(53)	(225)
Votorantim	Compra	USD	-	20.000	R\$		15
Safra	Compra	USD	-	5.000	R\$	-	26
Total			11.900	68.700		(947)	34

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

Os vencimentos destas operações estão abaixo resumidos, em milhares de dólares.

			2013		2012
Descrição	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Total líquido	Total líquido
Descrição	uias	uias	uias	Total liquido	Total liquido
NDF	300	8.100	3.500	11.900	68.700
Total	300	8.100	3.500	11.900	68.700

Abaixo estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e perdas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, agrupados pelas principais categorias de riscos:

		Ganh	Ganhos e Perdas				
		Alocado na Receita Bruta em		Alocado no Resultado Financeiro em		registradas no Patrimônio Líquido*	
Descrição	Moeda	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Operações de Proteção Cambial Contratos NDF (Non Deliverable Forwards)	R\$	(821)	3.233	1.474	343	541	(307)
TOTAL	R\$	(821)	3.233	1.474	343	541	(307)

^{*} Valor sem os efeitos dos impostos.

Espera-se que os valores incluídos em outros resultados abrangentes em 31 de dezembro afetem a demonstração do resultado com um ganho de R\$541 em 2014.

No quadro a seguir apresentamos três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além desse cenário a CVM, através da Instrução Nº475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

		Controladora e Consolidado				
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário Possível	Cenário Remoto		
Non Deliverable Forward – NDF (venda)	Alta do US\$	(1.527)	(11.105)	(20.664)		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Compromissos

Garantias

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia apresentava os seguintes montantes de garantias representadas por avais, fianças, propriedade fiduciária e hipotecas prestadas pela Randon S.A. Implementos e Participações (controladora):

		Controladora		Consolidado	
		BRG	AAP	IFRS	
	Tipo de garantia	2013	2012	2013	2012
Randon S.A. Implementos e Participações	Aval e fiança	101.864	84.973	101.864	84.973

Em 31 de dezembro 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possuiu contratos de arrendamento operacional ou financeiro.

28. Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com dois segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações, são eles:

<u>Segmento de montadoras</u>: referem-se aos resultados consolidados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 da Fras-le S.A. de materiais de fricção para o mercado de montadoras.

<u>Segmento de reposição</u>: referem-se aos resultados consolidados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 da Fras-le S.A. de materiais de fricção para o mercado de reposição de peças.

A administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base no lucro ou prejuízo operacional, e os financiamentos da Companhia (incluindo receita e despesa de financiamentos) e impostos sobre o lucro são administrados no âmbito da Companhia, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

a) Informações por segmentos de negócios

	Montadoras		Reposição		Total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Receita líquida para terceiros	160.424	145.564	556.857	517.194	717.281	662.758
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(134.159)	(124.492)	(387.895)	(369.918)	(522.053)	(494.410)
Lucro bruto	26.265	21.072	168.962	147.276	195.228	168.348

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Informações por segmento--Continuação

Despesas Operacionais, Ativos e Passivos não foram divulgados por segmento, pois tais itens são administrados no âmbito da Companhia, não sendo informados de forma segregada ao responsável pela tomada de decisão.

b) Vendas líquidas por segmentos geográficos

	Montadoras		Reposição		Total consolidado	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Região:						
Mercado nacional	112.863	91.521	285.262	269.630	398.125	361.151
Nafta	46.237	51.672	117.402	138.800	163.639	190.472
Europa	1.324	2.069	18.537	16.677	19.861	18.746
Mercosul	-	86	80.035	49.786	80.035	49.872
África	-	-	22.969	17.724	22.969	17.724
Ásia e Oceania	-	216	21.471	14.361	21.471	14.577
Outros		-	11.181	10.216	11.181	10.216
Total	160.424	145.564	556.857	517.194	717.281	662.758

As informações acima sobre a receita consideraram a localidade do cliente.

29. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As principais coberturas de seguro são:

		Consolidado		
		Total dos limites	de indenização	
	Risco coberto	2013	2012	
Prédios, estoques, máquinas e	Incêndio, vendaval, danos elétricos e	622.004	262 406	
lucros cessantes	riscos gerais.	623.091	363.496	
Automóveis	Colisão e responsabilidade civil.	707	884	
Responsabilidade civil	Fabricação de produtos e Recall no			
	país e exterior	24.500	22.800	
Acidentes pessoais	•	3.200	2.797	
•		651.498	389.977	